

Membro Equipe Apoio

Proponentes:

21.890.758/0001-12 A C FARIAS EVANGELISTA VARIEDADES - ME  
 03.220.694/0001-60 DISTRIFORT DIST DE PROD ALIME & EQUIP LTDA - ME  
 14.137.697/0001-51 F JOSE DE SOUZA VARIEDADES ME  
 11.323.527/0001-73 J. A. SAMPAIO DE OLIVEIRA  
 20.425.201/0001-48 M. B. DE SOUSA COMERCIAL EIRELI - ME  
 22.864.845/0001-68 MELHOR PROPOSTA COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA - ME  
 19.295.403/0001-33 N MAYARA DO CARMO DE OLIVEIRA - ME

## DEFENSORIA PÚBLICA

**A DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos incisos I e VII do Art. 148-A da Constituição do Estado do Ceará, alterado pela Emenda Constitucional n.º 80, de 10 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial do Estado de 16 de abril de 2014 e Art. 99 da Lei Complementar n.º 80, de 12 de janeiro de 1994, em conformidade com o disposto na Lei Complementar Estadual n.º 117, de 27 de dezembro de 2012, publicada no Diário Oficial do Estado em 28 de dezembro de 2012, RESOLVE **NOMEAR** a servidora FLAVIA MARIA DE ANDRADE LIMA, matrícula de n.º 301206-1-2, para exercer as funções do Cargo de Direção e Assessoramento de provimento em comissão de SUPERVISOR DE NÚCLEO, símbolo DAS-1, lotada no NÚCLEO DA DEFENSORIA PÚBLICA NA CAPITAL V, integrante da Estrutura Organizacional da DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, a partir de 16 de dezembro de 2015.

**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO**, em Fortaleza, 12 de janeiro de 2016.

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque

**DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO**

PORTARIA Nº 1738/2015

O SUBDEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os servidores relacionados no anexo único desta Portaria, a viajarem, para municípios diversos do Estado do Ceará, com finalidade de atuarem junto as Unidades Prisionais, concedendo-lhes diárias e ajuda de custo, de acordo com o § 2º, do Art. 56, da Lei Complementar Estadual n.º 06/1997, com nova redação dada pelo Art. 1º, da Lei Complementar Estadual n.º 116/2012, bem como nos termos do que dispõe a Resolução n.º 79/2013 do Conselho Superior da Defensoria Pública, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Defensoria.

**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO**, em Fortaleza, 01 de dezembro de 2015.

Túlio Iumatti Ferreira

**SUBDEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO**

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA N.º 1738/2015, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015

| NOME                          | CARGO/FUNÇÃO                                | PERÍODO                 | ROTEIRO              | DIÁRIAS |        |           |          |
|-------------------------------|---|-------------------------|----------------------|---------|--------|-----------|----------|
|                               |   |                         |                      | QUANT.  | VALOR  | AJ. CUSTO | TOTAL    |
| HUMBERTO HEITOR RIBEIRO       | DEFENSOR PÚBLICO DE 2º GRAU                 | 07 e 14/12/2015         | Fortaleza/ Itaitinga | 2       | 216,70 | 433,40    | 866,80   |
| JÚLIO CÉSAR BARROSO SOBREIRA  | DEFENSOR PÚBLICO DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA | 07 e 14/12/2015         | Fortaleza/ Itaitinga | 2       | 216,70 | 433,40    | 866,80   |
| MARIA REGINA DE PONTES ARAÚJO | DEFENSOR PÚBLICO DE 2º GRAU                 | 01, 08 e 15/12/2015     | Fortaleza/ Itaitinga | 3       | 216,70 | -         | 650,10   |
| MARTA MARIA GADELHA MONTEIRO  | DEFENSOR PÚBLICO DE ENTRÂNCIA FINAL         | 01, 02, 03 e 15/12/2015 | Fortaleza/Aquiraz    | 4       | 216,70 | 866,8     | 1.733,60 |
| CÉLIA DAMASCENO FARIAS AGUIAR | DEFENSOR PÚBLICO DE ENTRÂNCIA FINAL         | 01, 08 e 15/12/2015     | Fortaleza/ Itaitinga | 3       | 216,70 | 650,10    | 1.300,20 |
| JOSÉ ROBERTO DA ROCHA         | DEFENSOR PÚBLICO DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA | 01, 08 e 15/12/2015     | Fortaleza/ Itaitinga | 3       | 216,70 | 650,10    | 1.300,20 |
| RAIMUNDO DERVAL COSTA FILHO   | DEFENSOR PÚBLICO DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA | 09 e 16/12/2015         | Fortaleza/ Caucaia   | 2       | 216,70 | 433,40    | 866,80   |
| MARYLENE GOMES VENÂNCIO       | DEFENSOR PÚBLICO DE ENTRÂNCIA FINAL         | 03, 10 e 17/12/2015     | Fortaleza/ Pacatuba  | 3       | 216,70 | 650,10    | 1.300,20 |
| DELANO CÂNCIO BRANDÃO         | DEFENSOR PÚBLICO DE ENTRÂNCIA FINAL         | 01, 02 e 03/12/2015     | Fortaleza/Aquiraz    | 3       | 216,70 | 650,10    | 1.300,20 |
| FLAVIA MARIA DE ANDRADE LIMA  | DEFENSOR PÚBLICO DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA | 01, 02 e 03/12/2015     | Fortaleza/Aquiraz    | 3       | 216,70 | 650,10    | 1.300,20 |

|       |           |
|-------|-----------|
| TOTAL | 11.485,10 |
|-------|-----------|

## PORTARIA Nº 1753/2015

A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto de nº 30.898, de 20 de abril de 2012, Resolve PRORROGAR por 01 (um) ano a concessão de BOLSA ESTÁGIO, concernente ao curso de Direito, para atuação na Defensoria Pública Geral, dos estagiários relacionados no anexo único desta Portaria, de acordo com o Art. 10, do Decreto supracitado, a partir de 02 de fevereiro de 2016.

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 17 de dezembro de 2015.

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 1753/2015 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015.

| N.º | NOME                              | ÁREA    |
|-----|-----------------------------------|---------|
| 01  | Adria Maia Souza de Oliveira      | DIREITO |
| 02  | Alisson Uchôa de Andrade          | DIREITO |
| 03  | Amanda Jorge de Sousa Vasconcelos | DIREITO |
| 04  | Amanda Kellany de Lima Uchôa      | DIREITO |
| 05  | Ana Luiza Cialdini Martins        | DIREITO |
| 06  | Ana Paula Alves Rodrigues         | DIREITO |
| 07  | Ana Patrícia Melo Arruda          | DIREITO |
| 08  | Beatrice Gomes de Brito Bessa     | DIREITO |
| 09  | Beatriz Costa de Moura            | DIREITO |
| 10  | Beatriz Moura Braúna              | DIREITO |
| 11  | Bruno Souto de Albuquerque        | DIREITO |
| 12  | Edson Resende do Nascimento       | DIREITO |
| 13  | Felipe Fernandes de Almeida       | DIREITO |
| 14  | Francisca Deyse Arruda Prado      | DIREITO |
| 15  | Gabrielle Nogueira Izidio         | DIREITO |
| 16  | Hudson Lira Matos Ferreira        | DIREITO |
| 17  | Iago Ferreira Rodrigues           | DIREITO |
| 18  | Ivna Karla Magalhães              | DIREITO |
| 19  | Josymeiry Marculino Guerreiro     | DIREITO |
| 20  | Júlio Boaventura Leite Neto       | DIREITO |
| 21  | Kelvin Nogueira Gomes             | DIREITO |
| 22  | Leonardo Furtado Martins          | DIREITO |
| 23  | Letícia Fernandes de Oliveira     | DIREITO |
| 24  | Lívia Martins Nunes Braga         | DIREITO |
| 25  | Lucas Souza Alencar               | DIREITO |
| 26  | Luís Francisco Damasceno de Sousa | DIREITO |

| N.º | NOME                                    | ÁREA    |
|-----|---|---------|
| 27  | Maíra Mesquita Matos                    | DIREITO |
| 28  | Maria Tereza Arruda Silva do Nascimento | DIREITO |
| 29  | Matheus Batista Rocha                   | DIREITO |
| 30  | Matheus Cestaro Mesquita                | DIREITO |
| 31  | Micaely Tavares Bezerra                 | DIREITO |
| 32  | Pedro Erick Araújo Bezerra              | DIREITO |
| 33  | Raul Andrade da Costa                   | DIREITO |
| 34  | Roberta Jéssica Nascimento Freitas      | DIREITO |
| 35  | Sabrina Sousa de Andrade Alves          | DIREITO |
| 36  | Sarah Lima Benigno                      | DIREITO |
| 37  | Silvia Helena de Melo Sarmento          | DIREITO |
| 38  | Victor Conde Viana Custódio Medeiros    | DIREITO |

PORTARIA Nº1813 / 2015

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, em exercício, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o Edital de Designação nº. 23/2015, de 07 de dezembro de 2015;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar LUÍS GUSTAVO MONTEZUMA HERBSTER, Defensor(a) Público(a) de Entrância Inicial, Matrícula nº. 300,346-1-9 para atuar, a partir do dia 07 de janeiro de 2016, na 2ª Defensoria da Comarca de Aquiraz-CE, até ulterior deliberação e revogando-se as disposições em contrário.

Fortaleza, 14 de dezembro de 2015.

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública-Geral do Estado

PORTARIA Nº 1814/ 2015

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, em exercício, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o Edital de Designação nº. 23/2015, de 07 de dezembro de 2015;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar HENRIQUE MENDONÇA AMORA, Defensor(a) Público(a) de Entrância Inicial, Matrícula nº. 301.295-1-2 para atuar, a partir do dia 14 de dezembro de 2015, na 1ª Defensoria de Família e Sucessões da Comarca de Maracanaú-CE, até ulterior deliberação e revogando-se as disposições em contrário.

Fortaleza, 14 de dezembro de 2015.

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública-Geral do Estado

PORTARIA Nº 1815/ 2015

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, em exercício, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o Edital de Designação nº. 23/2015, de 07 de dezembro de 2015;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar LUIZ EDUARDO VIANA PEQUENO, Defensor(a) Público(a) de Entrância Inicial, Matrícula nº. 300.361-1-5, para atuar, a partir do dia 07 de janeiro de 2016, na 2ª Defensoria da Comarca de Pacajus-CE, até ulterior deliberação e revogando-se as disposições em contrário.

Fortaleza, 14 de dezembro de 2015.

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública-Geral do Estado

PORTARIA Nº 1816/ 2015

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, em exercício, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o Edital de Designação nº. 23/2015, de 07 de dezembro de 2015;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar CARLOS EDUARDO BESSA THOMAZ, Defensor(a) Público(a) de Entrância Inicial, Matrícula nº. 300.343-1-7, para atuar, a partir do dia 07 de janeiro de 2016, nas 2ª e 3ª Defensorias da Comarca de Maranguape-CE, até ulterior deliberação e revogando-se as disposições em contrário.

Fortaleza, 14 de dezembro de 2015.

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública-Geral do Estado

PORTARIA Nº 1817/ 2015

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, em exercício, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o Edital de Designação nº. 23/2015, de 07 de dezembro de 2015;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar GLAISEANE LOBO PINTO DE CARVALHO, Defensor(a) Público(a) de Entrância Inicial, Matrícula nº. 300.334-1-8, para atuar, a partir do dia 07 de janeiro de 2016, nas 1ª e 3ª Defensorias da Comarca de Maranguape-CE, até ulterior deliberação e revogando-se as disposições em contrário.

Fortaleza, 14 de dezembro de 2015.

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública-Geral do Estado

PORTARIA Nº 1818/ 2015

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, em exercício, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o Edital de Designação nº. 23/2015, de 07 de dezembro de 2015;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar GRAZIELLA VIANA DA SILVA, Defensor(a) Público(a) de Entrância Inicial, Matrícula nº. 300.335-1-5, para atuar, a partir do dia 07 de janeiro de 2016, na 1ª Defensoria da Comarca de Itapipoca-CE, até ulterior deliberação e revogando-se as disposições em contrário.

Fortaleza, 14 de dezembro de 2015.

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública-Geral do Estado

PORTARIA Nº 1819/ 2015

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, em exercício, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o Edital de Designação nº. 23/2015, de 07 de dezembro de 2015;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar GUILHERME QUEIROZ MAIA FILHO, Defensor(a) Público(a) de Entrância Inicial, Matrícula nº. 300.345-1-1, para atuar, a partir do dia 07 de janeiro de 2016, na 1ª Defensoria da Comarca de Morada Nova-CE, até ulterior deliberação e revogando-se as disposições em contrário.

Fortaleza, 14 de dezembro de 2015.

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública-Geral do Estado

PORTARIA Nº 1820/ 2015

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, em exercício, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o Edital de Designação nº. 23/2015, de 07 de dezembro de 2015;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar IVANA DIAS MASCARENHAS ALVES, Defensor(a) Público(a) de Entrância Inicial, Matrícula nº. 300.344-1-4, para atuar, a partir do dia 07 de janeiro de 2016, na 2ª Defensoria da Comarca de Morada Nova-CE, até ulterior deliberação e revogando-se as disposições em contrário.

Fortaleza, 14 de dezembro de 2015.

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública-Geral do Estado

PORTARIA Nº 1821/ 2015

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, em exercício, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o Edital de Designação nº. 23/2015, de 07 de dezembro de 2015;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar PAULO WENDEL CARNEIRO BEZERRA, Defensor(a) Público(a) de Entrância Inicial, Matrícula nº. 300.349-1-0, para atuar, a partir do dia 07 de janeiro de 2016, na 2ª Defensoria da Comarca de Iguatu-CE, até ulterior deliberação e revogando-se as disposições em contrário.

Fortaleza, 14 de dezembro de 2015.

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública-Geral do Estado

PORTARIA Nº 1822/ 2015

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, em exercício, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o Edital de Designação nº. 23/2015, de 07 de dezembro de 2015;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar LIANA LISBOA CORREIA, Defensor(a) Público(a) de Entrância Inicial, Matrícula nº. 300.330-1-9, para atuar, a partir do dia 07 de janeiro de 2016, na 1ª Defensoria da Comarca de Horizonte-CE, até ulterior deliberação e revogando-se as disposições em contrário.

Fortaleza, 14 de dezembro de 2015.

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública-Geral do Estado

PORTARIA Nº 1823/ 2015

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, em exercício, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o Edital de Designação nº. 23/2015, de 07 de dezembro de 2015;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar PRISCILLA SILVA HOLANDA, Defensor(a) Público(a) de Entrância Inicial, Matrícula nº. 300.340-1-5, para atuar, a partir do dia 07 de janeiro de 2016, na 1ª Defensoria da Comarca de Quixeramobim-CE, até ulterior deliberação e revogando-se as disposições em contrário.

Fortaleza, 14 de dezembro de 2015.

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública-Geral do Estado

PORTARIA Nº 1824/ 2015

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, em exercício, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o Edital de Designação nº. 23/2015, de 07 de dezembro de 2015;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar AIRTON JORGE DE SÁ FILHO, Defensor(a) Público(a) de Entrância Inicial, Matrícula nº. 300.359-1-7, para atuar, a partir do dia 07 de janeiro de 2016, na 3ª Defensoria da Comarca de Tianguá-CE, até ulterior deliberação e revogando-se as disposições em contrário.

Fortaleza, 14 de dezembro de 2015.

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública-Geral do Estado

PORTARIA Nº 1825/ 2015

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, em exercício, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o Edital de Designação nº. 23/2015, de 07 de dezembro de 2015;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar RAFAEL MAIA TEIXEIRA, Defensor(a) Público(a) de Entrância Inicial, Matrícula nº. 300.341-1-2, para atuar, a partir do dia 07 de janeiro de 2016, na 1ª Defensoria da Comarca de Quixadá-CE, até ulterior deliberação e revogando-se as disposições em contrário.

Fortaleza, 14 de dezembro de 2015.

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública-Geral do Estado

PORTARIA Nº 1826/ 2015

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, em exercício, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o Edital de Designação nº. 23/2015, de 07 de dezembro de 2015;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar NATHALIA DE RICCIO, Defensor(a) Público(a) de Entrância Inicial, Matrícula nº. 300.353-1-3, para atuar, a partir do dia 07 de janeiro de 2016, na 2ª Defensoria da Comarca de Russas-CE, até ulterior deliberação e revogando-se as disposições em contrário.

Fortaleza, 14 de dezembro de 2015.

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública-Geral do Estado

PORTARIA Nº 1827/ 2015

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, em exercício, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o Edital de Designação nº. 23/2015, de 07 de dezembro de 2015;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar SILVANE FALCÃO DA ROCHA LIMA, Defensor(a) Público(a) de Entrância Inicial, Matrícula nº. 301.276-1-7, para atuar, a partir do dia 16 de dezembro de 2015, na 2ª Defensoria da Comarca de Eusébio-CE, até ulterior deliberação e revogando-se as disposições em contrário.

Fortaleza, 14 de dezembro de 2015.

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública-Geral do Estado

PORTARIA Nº 1828/ 2015

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, em exercício, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o Edital de Designação nº. 23/2015, de 07 de dezembro de 2015;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar BIANCA CARVALHO DALENOGARE, Defensor(a) Público(a) de Entrância Inicial, Matrícula nº. 300.347-1-6, para atuar, a partir do dia 07 de janeiro de 2016, na 1ª Defensoria da Comarca de Itaitinga-CE, até ulterior deliberação e revogando-se as disposições em contrário.

Fortaleza, 14 de dezembro de 2015.

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública-Geral do Estado

PORTARIA Nº 1830/2015

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o Edital de Designação nº. 023/2015, de 07 de dezembro de 2015;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar PALOMA MACHADO DE MOREIRA, Defensor(a) Público(a) de Entrância Inicial, Matrícula nº. 300.348-1-3, para atuar na 2ª Defensoria Cível da Comarca de Fortaleza-CE, a partir do dia 07 de janeiro de 2016, até ulterior deliberação e revogando-se as disposições em contrário.

Art. 2º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura

Fortaleza, 14 de dezembro de 2015

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública-Geral do Estado do Ceará



PORTARIA Nº 1831/2015

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o Edital de Designação nº. 023/2015, de 07 de dezembro de 2015;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar RAFAELA BENEVIDES CARACAS PEQUENO, Defensor(a) Público(a) de Entrância Inicial, Matrícula nº. 300.328-1-0, para atuar na 6ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final (Fortaleza), a partir do dia 07 de janeiro de 2016, até ulterior deliberação e revogando-se as disposições em contrário.

Art. 2º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura

Fortaleza, 14 de dezembro de 2015

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública-Geral do Estado do Ceará

PORTARIA Nº 1832/2015

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o Edital de Designação nº. 023/2015, de 07 de dezembro de 2015;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar NELIE ALINE SARAIVA MARINHO, Defensor(a) Público(a) de Entrância Inicial, Matrícula nº. 301.285-1-6, para atuar na 15ª Defensoria Criminal da Comarca de Fortaleza-CE, a partir do dia 14 de dezembro de 2015, até ulterior deliberação e revogando-se as disposições em contrário.

Art. 2º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura

Fortaleza, 14 de dezembro de 2015

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública-Geral do Estado do Ceará

PORTARIA Nº 1833/2015

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o Edital de Designação nº. 023/2015, de 07 de dezembro de 2015;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar AGÍLIO TOMAZ MARQUES, Defensor(a) Público(a) de Entrância Inicial, Matrícula nº. 301.308-1-2, para atuar nas 6ª Defensoria dos Juizados Especiais e 3ª Defensoria dos Juizados Especiais da Comarca de Fortaleza-CE, a partir do dia 17 de dezembro de 2015, até ulterior deliberação e revogando-se as disposições em contrário.

Art. 2º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura

Fortaleza, 14 de dezembro de 2015

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública-Geral do Estado do Ceará

PORTARIA Nº 1834/2015

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o Edital de Designação nº. 023/2015, de 07 de dezembro de 2015;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar ANA CAROLINA NEIVA GONDIM FERREIRA GOMES, Defensor(a) Público(a) de Entrância Intermediária, Matrícula nº. 301.203-1-0 para atuar na 1ª Defensoria do Idoso e de Defesa dos Portadores de Necessidades Especiais e Deficientes Físicos da Comarca de Fortaleza-CE, a partir do dia 14 de dezembro de 2015, até ulterior deliberação e revogando-se as disposições em contrário.

Art. 2º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura

Fortaleza, 14 de dezembro de 2015

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública-Geral do Estado do Ceará

PORTARIA Nº 1835/2015

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o Edital de Designação nº. 023/2015, de 07 de dezembro de 2015;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar ANTONIO DAVID GUERRA ROLIM, Defensor(a) Público(a) de Entrância Inicial, Matrícula nº. 300.336-1-2, para atuar no Núcleo de Atendimento aos Jovens e Adolescentes em Conflito com a Lei - NUAJA, a partir do dia 07 de janeiro de 2016, até ulterior deliberação e revogando-se as disposições em contrário.

Art. 2º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura

Fortaleza, 14 de dezembro de 2015

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública-Geral do Estado do Ceará

PORTARIA Nº 1836/2015

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o Edital de Designação nº. 023/2015, de 07 de dezembro de 2015;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar JOSÉ VALENTE NETO, Defensor(a) Público(a) de Entrância Intermediária, Matrícula nº. 301.158-1-3, para atuar na 1ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final (Fortaleza), a partir do dia 21 de dezembro de 2015, até ulterior deliberação e revogando-se as disposições em contrário.

Art. 2º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura

Fortaleza, 14 de dezembro de 2015

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública-Geral do Estado do Ceará

PORTARIA Nº 1837/2015

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o Edital de Designação nº. 023/2015, de 07 de dezembro de 2015;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar YAMARA LAVOR COLARES, Defensor(a) Público(a) de Entrância Intermediária, Matrícula nº. 301.304-1-3, para atuar na 2ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final (Fortaleza), a partir do dia 14 de dezembro de 2015, até ulterior deliberação e revogando-se as disposições em contrário.

Art. 2º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura

Fortaleza, 14 de dezembro de 2015

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública-Geral do Estado do Ceará

PORTARIA Nº 1838/2015

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o Edital de Designação nº. 023/2015, de 07 de dezembro de 2015;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar DAVYD JEFFERSON PINHEIRO DE CASTRO, Defensor(a) Público(a) de Entrância Inicial, Matrícula nº. 300.342-1-X, para atuar na 3ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final (Fortaleza), a partir do dia 07 de janeiro de 2016, até ulterior deliberação e revogando-se as disposições em contrário.

Art. 2º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura

Fortaleza, 14 de dezembro de 2015

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública-Geral do Estado do Ceará

PORTARIA Nº 1839/2015

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o Edital de Designação nº. 023/2015, de 07 de dezembro de 2015;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar BEATRIZ FONTELES GOMES PINHEIRO, Defensor(a) Público(a) de Entrância Inicial, Matrícula nº. 300.325-1-9, para atuar na 4ª Defensoria Auxiliar de Entrância final (Fortaleza), a partir do dia 07 de janeiro de 2016, até ulterior deliberação e revogando-se as disposições em contrário.

Art. 2º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura

Fortaleza, 14 de dezembro de 2015

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública-Geral do Estado do Ceará

PORTARIA Nº 1840/2015

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o Edital de Designação nº. 023/2015, de 07 de dezembro de 2015;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar MUNIZ AUGUSTO FREIRE ARAUJO EVARISTO, Defensor(a) Público(a) de Entrância Inicial, Matrícula nº. 300.331-1-6, para atuar na 5ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final (Fortaleza), a partir do dia 07 de janeiro de 2016, até ulterior deliberação e revogando-se as disposições em contrário.

Art. 2º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura

Fortaleza, 14 de dezembro de 2015

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública-Geral do Estado do Ceará

PORTARIA Nº 1841/ 2015

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, em exercício, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o Edital de Designação nº. 23/2015, de 07 de dezembro de 2015;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar BRENO VAGNER BEZERRA VICENTE, Defensor(a) Público(a) de Entrância Inicial, Matrícula nº. 300.326-1-6, para atuar, a partir do dia 07 de janeiro de 2016, na 1ª Defensoria da Comarca de Baturité-CE, até ulterior deliberação e revogando-se as disposições em contrário.

Fortaleza, 14 de dezembro de 2015.

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública-Geral do Estado

PORTARIA Nº 1842/ 2015

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, em exercício, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o Edital de Designação nº. 23/2015, de 07 de dezembro de 2015;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

## RESOLVE

Art. 1º Designar MARCELA TENISE LOPES CARRILHO MACHADO, Defensor(a) Público(a) de Entrância Inicial, Matrícula nº. 301.248-1-2, para atuar, a partir do dia 14 de dezembro de 2015, na 2ª Defensoria Criminal da Comarca de Maracanaú-CE, até ulterior deliberação e revogando-se as disposições em contrário.

Fortaleza, 14 de dezembro de 2015.

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública-Geral do Estado

PORTARIA Nº 1843/2015

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o Edital de Designação nº. 023/2015, de 07 de dezembro de 2015;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

## RESOLVE

Art. 1º Designar SUSANA POMPEU SARAIVA, Defensor(a) Público(a) de Entrância Inicial, Matrícula nº. 301.284-1-9, para atuar no Projeto Justiça Já, a partir do dia 21 de dezembro de 2015, até ulterior deliberação e revogando-se as disposições em contrário.

Art. 2º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura

Fortaleza, 14 de dezembro de 2015

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública-Geral do Estado do Ceará

PORTARIA Nº 1844/2015

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o Edital de Designação nº. 023/2015, de 07 de dezembro de 2015;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

## RESOLVE

Art. 1º Designar WEIMAR SALAZAR MONTORIL, Defensor(a) Público(a) de Entrância Inicial, Matrícula nº. 301.223-1-3, para atuar na 1ª Defensoria do Núcleo de Direitos Humanos e Ações Coletivas – NDHAC, a partir do dia 14 de dezembro de 2015, até ulterior deliberação e revogando-se as disposições em contrário.

Art. 2º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura

Fortaleza, 14 de dezembro de 2015

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública-Geral do Estado do Ceará

PORTARIA Nº 1845/2015

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o Edital de Designação nº. 023/2015, de 07 de dezembro de 2015;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar ADRIANA CRISTINA PEREIRA BENÍCIO, Defensor(a) Público(a) de Entrância Inicial, Matrícula nº. 301.272-1-8, para atuar na 7ª Defensoria Cível da Comarca de Fortaleza – CE, a partir do dia 14 de dezembro de 2015, até ulterior deliberação e revogando-se as disposições em contrário.

Art. 2º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura

Fortaleza, 14 de dezembro de 2015

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública-Geral do Estado do Ceará

PORTARIA Nº 1846/2015

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o Edital de Designação nº. 023/2015, de 07 de dezembro de 2015;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar ALDEMAR MONTEIRO DA SILVA NETO, Defensor(a) Público(a) de Entrância Inicial, Matrícula nº. 301.256-1-4, para atuar na 16ª Defensoria Criminal da Comarca de Fortaleza – CE, a partir do dia 14 de dezembro de 2015, até ulterior deliberação e revogando-se as disposições em contrário.

Art. 2º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura

Fortaleza, 14 de dezembro de 2015

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública-Geral do Estado do Ceará

PORTARIA Nº 1847/2015

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o Edital de Designação nº. 023/2015, de 07 de dezembro de 2015;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar FRANCISCO FIRMO BARRETO DE ARAÚJO, Defensor(a) Público(a) de Entrância Inicial, Matrícula nº. 301.294-1-5, para atuar na 18ª Defensoria Criminal da Comarca de Fortaleza – CE, a partir do dia 14 de dezembro de 2015, até ulterior deliberação e revogando-se as disposições em contrário.

Art. 2º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura

Fortaleza, 14 de dezembro de 2015

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública-Geral do Estado do Ceará

PORTARIA Nº 1848/2015

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o Edital de Designação nº. 023/2015, de 07 de dezembro de 2015;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar RAPHAEL ESTRELA DE CASTRO ALVES, Defensor(a) Público(a) de Entrância Inicial, Matrícula nº. 301.301-1-1, para atuar na 10ª Defensoria de Família da Comarca de Fortaleza – CE, a partir do dia 14 de dezembro de 2015, até ulterior deliberação e revogando-se as disposições em contrário.

Art. 2º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura

Fortaleza, 14 de dezembro de 2015

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública-Geral do Estado do Ceará

PORTARIA Nº 1849/2015

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o Edital de Designação nº. 023/2015, de 07 de dezembro de 2015;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar DANILO NEVES DE SOUSA, Defensor(a) Público(a) de Entrância Inicial, Matrícula nº. 301.289-1-5, para atuar na 8ª Defensoria Criminal da Comarca de Fortaleza – CE, a partir do dia 14 de dezembro de 2015, até ulterior deliberação e revogando-se as disposições em contrário.

Art. 2º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura

Fortaleza, 14 de dezembro de 2015

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública-Geral do Estado do Ceará

PORTARIA Nº 1850/2015

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o Edital de Designação nº. 023/2015, de 07 de dezembro de 2015;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar ANDRÉA SERAFIM BENEVIDES GAMA, Defensor(a) Público(a) de Entrância Inicial, Matrícula nº. 301.283-1-1, para atuar na 4ª Defensoria da Infância e Juventude da Comarca de Fortaleza – CE, a partir do dia 21 de dezembro 2015, até ulterior deliberação e revogando-se as disposições em contrário.

Art. 2º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura

Fortaleza, 14 de dezembro de 2015

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública-Geral do Estado do Ceará

PORTARIA Nº 1851/2015

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o Edital de Designação nº. 023/2015, de 07 de dezembro de 2015;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar EDUARDO NERI NEGREIROS, Defensor(a) Público(a) de Entrância Inicial, Matrícula nº. 300-338-1-7, para atuar na 5ª Defensoria da Infância e Juventude da Comarca de Fortaleza – CE, a partir do dia 07 de janeiro 2016, até ulterior deliberação e revogando-se as disposições em contrário.

Art. 2º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura

Fortaleza, 14 de dezembro de 2015

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública-Geral do Estado do Ceará

PORTARIA Nº 1866/ 2015

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A), NO CASO QUE ESPECÍFICA.  
(REF. VIPROC Nº 15812963-6)

A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 32, inciso VI, alínea "a" e 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando os arts. 2º e seguintes Resolução nº. 40, de 22 de dezembro de 2009;

RESOLVE

Art. 1º Designar os Defensores Públicos constantes no Anexo Único, desta portaria para compor o Grupo de Planejamento e Gestão - CGP para elaboração do Projeto do Plano Geral de Atuação para o Biênio 2016/2017, a ser submetido ao Egrégio Conselho Superior da Defensoria Pública.

Art. 2º A designação é determinado SEM concessão de custeio de diária(as), ajuda(s) de custo e passagem(ns).

Art. 3º O presente ato normativo entra em vigor na data da sua assinatura.

Fortaleza, 21 de dezembro de 2015.

Mariana Lobo B. De Albuquerque  
Defensora Pública Geral  
DPGE-CE

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA Nº 1866/2015

|   |                                  |
|---|----------------------------------|
| Corregedor Geral  | Luís Fernando de Castro da Paz   |
| Presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Ceará - ADEPC | Sandra Moura de Sá               |
| Coordenador das Defensorias da Capital                                      | Natali Massilon Pontes           |
| Coordenador das Defensorias do Interior                                     | Ricardo Cesar Pires Batista      |
| Escola Superior   | Roberta Madeira Quaranta         |
| Supervisor do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial - NAPI                | Andréa Pereira Rebouças          |
| Supervisor das Defensorias Cíveis   | Tarcísio Miranda Cordeiro Junior |



|  |  |
|--|--|
| Supervisor das Defensorias da Fazenda Pública e Registros Públicos                                       | Ticiane Pinheiro Cavalcante              |
| Núcleo de Solução Extrajudicial de Conflitos - NUSOL   | Rozane Magalhães                         |
| Supervisor das Defensorias de Família  | Denise Sousa Castelo                     |
| Supervisor das Defensorias de Infância e Juventude   | Adriano Leitinho Campos                  |
| Supervisor das Defensorias do Crime, Juri, Justiça Militar, Tráfico e Substância Entorpecente            | Patricia de Sá Leitão Leão               |
| Supervisor das Defensorias dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais                                     | Paulo Roberto Bentes Vasconcelos         |
| Supervisor das Defensorias da Intuições de Ensino Superior - IES   | Bruno Fiori Palhano Melo                 |
| Supervisor do Núcleo de Atendimento aos Presos Provisórios e Vítimas da Violência - NUAPP                | Gina Kerly Pontes                        |
| Supervisor do Núcleo de Direitos Humanos e Ações Coletivas - NDHAC                                       | Weirmar Salazar Montoril                 |
| Supervisor do Núcleo da Defensoria Pública Especializado em Execução Penal - NUDEP                       | Flavia Maria de Andrade Lima             |
| Supervisor do Núcleo da Habitação e Moradia  | João Lino Fonteles da Silva              |
| Supervisor do Núcleo de Resposta do Réu  | Regina Mara Sá Palácio Câmara            |
| Supervisor do Núcleo do Idoso e da defesa dos Portadores de Necessidades Especiais e Deficientes Físicos | Ana Carolina Neiva Gondim Ferreira Gomes |
| Supervisor das Defensorias de 2º Grau  | Ana Cristina Soares de Alencar           |
| Supervisor das Defensorias de Caucaia  | Adson Waris Maia                         |
| Supervisor das Defensorias do Crato  | Gilsandra Novais Feitosa Peixoto         |
| Supervisor das Defensorias de Juazeiro do Norte  | Heitor Estrela Gadelha                   |
| Supervisor das Defensorias de Maracanaú  | Ana Kelly Vieira Nantua Cavalcante       |
| Supervisor das Defensorias de Sobral   | Igor Barreto Menezes Pereira             |
| Supervisor do Núcleo do Consumidor   | Rebecca Machado de Moreira               |
| Supervisor do Núcleo de Defesa da Mulher - NUDEM   | Jeritza Braga Rocha Lopes                |
| Supervisor do Núcleo de Atendimento Jurídico Especializado ao Adolescente em Conflito com a Lei (NUAJA)  | José Valter de Araújo                    |

PORTARIA Nº 1865/2015 – DPGE

A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10 e art. 36, § 2º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

CONSIDERANDO o Edital de Convocação Nº 02/2015, de 17 de dezembro de 2015.

CONSIDERANDO o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais;

RESOLVE:

Art. 1º Fixar a titularidade dos defensores públicos de entrância inicial, constantes no anexo único da presente portaria, nos respectivos órgãos defensoriais de entrância inicial que especifica.

Art. 2º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura.

Fortaleza, 18 de dezembro de 2015.

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública Geral do Estado do Ceará

ANEXO ÚNICO  
DEFENSORES PÚBLICOS TITULARES DE ENTRÂNCIA INICIAL

|   | ÓRGÃOS DEFENSORIAIS       | Defensor(a) Titular<br>Resolução nº 91 – Anexo I |
|---|---------------------------|--|
| 1 | 1ª DEFENSORIA DE ARARENDÁ | Nathalia de Riccio                               |
| 2 | 2ª DEFENSORIA DE ARARENDÁ | Airton Jorge de Sá Filho                         |

## ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECÇÃO DO CEARÁ

Ordem dos Advogados do Brasil  
Secção do Ceará

EDITAL Nº 19268/2015

Edital da Secretaria-Prazo: 05 (cinco) dias. A Secretaria da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Ceará, faz público que requereram Inscrição Definitiva no Quadro de Advogados os Bacharéis: **EXPEDITO TAVARES MAGALHAES NETO, CÁSSIO JOSÉ BARROS MIGUEL, GABRIELA MACEDO DE OLIVEIRA BARCELOS, ÍTALO MOURA DE CARVALHO, JARIO MARIO ALVES PENHA JUNIOR, FELIPE BRANDÃO DE OLIVEIRA MARTINS, JONATAS DRESCH, DOMITILA MACHADO MESQUITA, FRANCISCO EDUARDO DOS SANTOS FORTE, MARA GLAUCIENE DAMASCENO BORGES, ROZINETE ROCHA GOMES MACIEL, ZAQUEU CORREIA MOTA FILHO, ELIANA ROSALVO DA SILVA, MARA GLAUCIENE DAMASCENO BORGES**. O presente aviso é feito com prazo de 05 (cinco) dias úteis. Fortaleza, 17 de dezembro de 2015.

**Jardson Saraiva Cruz**  
Secretário Geral

Ordem dos Advogados do Brasil  
Secção do Ceará

EDITAL Nº 20509/2015

Edital da Secretaria-Prazo: 05 (cinco) dias. A Secretaria da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Ceará, faz público que requereu Inscrição Suplementar da OAB/PR no Quadro de Advogados o(a) Advogado(a): **NILTON JOSE DO NASCIMENTO**. O presente aviso é feito com prazo de 05 (cinco) dias úteis. Fortaleza, 17 de dezembro de 2015.

**Jardson Saraiva Cruz**  
Secretário Geral

Ordem dos Advogados do Brasil  
Secção do Ceará

EDITAL Nº 20491/2015

Edital da Secretaria-Prazo: 05 (cinco) dias. A Secretaria da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Ceará, faz público que requereu Inscrição Definitiva com Restauração do nº **18554 no Quadro de Advogados o(a) Bacharel: RODRIGO ROCHA PESSOA**. O presente aviso é feito com prazo de 05 (cinco) dias úteis. Fortaleza, 17 de dezembro de 2015.

**Jardson Saraiva Cruz**  
Secretário Geral

Ordem dos Advogados do Brasil  
Secção do Ceará

EDITAL Nº 20543/2015

Edital da Secretaria-Prazo: 05 (cinco) dias. A Secretaria da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Ceará, faz público que requereu Inscrição Suplementar da OAB/PR no Quadro de Advogados o(a) Advogado(a): **DANIEL MIRANDA GOMES**. O presente aviso é feito com prazo de 05 (cinco) dias úteis. Fortaleza, 17 de dezembro de 2015.

**Jardson Saraiva Cruz**  
Secretário Geral

Ordem dos Advogados do Brasil  
Secção do Ceará